



Sindicato engrossa coro e cobra mais vigilantes em unidades de saúde do DF

Onda de violência contra servidores é criticada por entidades que representam profissionais de saúde, que pedem reforço na segurança



Hugo Barreto/Metrópoles

O Sindicato dos Vigilantes aderiu à pauta dos servidores públicos e reivindica maior número de postos de segurança dentro das unidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. A pauta foi encabeçada pelo Sindicato dos Funcionários em Estabelecimentos de Saúde (SindSaúde-DF) e revelada nesta segunda-feira (18/10) pelo Metrôpoles após uma onda de violência dentro de hospitais públicos e unidades básicas de saúde (UBS).

“Somente com mais postos de vigilância será possível conter a violência que vem ocorrendo nas unidades de saúde contra médicos, enfermeiros e demais profissionais, assim como terceirizados que também são alvos de agressões por parte de pacientes e acompanhantes”, afirmou a entidade, por meio de nota.

Os representantes dos profissionais da saúde acionaram o Governo do Distrito Federal (GDF) para a criação de um batalhão hospitalar permanente, nos moldes do Batalhão Escolar da Polícia Militar (PMDF). Contudo, até a decisão, defendem o reforço com segurança privada, o que foi endossado pelo Sindicato dos Vigilantes.

“A curto prazo, esta é uma solução mais viável para que os profissionais se sintam seguros no atendimento dos pacientes e até no repasse de informações pertinentes ao quadro, pois muitos, ao buscar atendimento e receberem respostas de que o seu problema não pode ser tratado naquela unidade, ficam extremamente agressivos”, pontuou a entidade.

“O Sindicato dos Vigilantes do DF entende o desespero do paciente para que o seu caso tenha solução, mas repudiamos qualquer tipo de violência contra servidores e terceirizados. Por isso, defendemos uma ampliação de postos de vigilância em todas as unidades de saúde que, ao longo dos anos, foi reduzida e essa violência é a consequência disso”, continuou.

FONTE: METROPOLES - Caio Barbieri

Nota de repúdio as declarações do presidente do SIPERN Domingos Ferreira



O Sindsecur repudia, com indignação e veemência as declarações do presidente do sindicato dos técnicos de enfermagem, Domingos Ferreira, durante manifestação na Sesap nesta segunda-feira, 18 de outubro.

O mesmo desrespeitou os trabalhadores vigilantes que exerciam suas funções de proteger o patrimônio e os servidores do local e denegriu a imagem da nossa valorosa categoria.

“Os vigilantes quando estão lascados, é nós que defendemos eles”, declarou Domingos.

Lamentamos que alguém que represente uma categoria tão importante tenha esse tipo de atitude. Ressaltamos ao senhor Domingos que direitos não serão conquistados com essa tática de divisão de classes. Nenhuma categoria é mais importante que outra. A história e as experiências cotidianas das trabalhadoras e trabalhadores nos demonstram a necessidade da unidade de classe para nossas conquistas.

O Sindsecur esteve no local e cobrou explicações por parte do representante do SIPERN. Somos um sindicato de luta e atuamos diariamente na batalha por direitos junto com diversas entidades como o Sindicato dos Bancários, Sintrocern, Sinsenat dentre outros.

FONTE: [sindsecur](#)

Comissão Eleitoral divulga chapa inscrita para as eleições Sindseg-GV/ES 2022/2027

A Comissão Eleitoral comunica que, após o término das inscrições e impugnações apenas uma chapa denominada 'Vigilantes na Luta', que é representada por Serafim Gerson Camilo, está apta a disputar o pleito eleitoral SINDSEG-GV/

ES que ocorrerá nos dias 27 e 28 de outubro de 2021 para o mandato 2022/2027 e obedecendo aos critérios estatutários foi registrada como CHAPA 1 e seguindo o cronograma do Estatuto, segue a publicação da chapa inscrita:

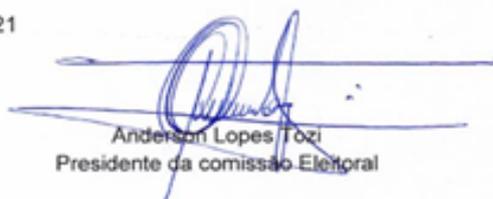
PUBLICAÇÃO ELEIÇÕES SINDSEG-GV/ES – 2022/2027

A Comissão Eleitoral, vem através deste comunicar que após o termino de inscrições e impugnações apenas uma chapa denominada "VIGILANTES NA LUTA", representada pelo Sr. Serafim Gerson Camilo, esta apta a disputar o pleito eleitoral SINDSEG-GV/ES que ocorrerá nos dias 27 e 28 de outubro de 2021 para o mandato 2022/2027 e obedecendo aos critérios estatutários foi registrada como CHAPA 1 e seguindo o cronograma do Estatuto, segue a publicação da chapa inscrita

MEMBROS DA CHAPA – 01 "VIGILANTES NA LUTA"

Diretor Presidente	- SERAFIM GERSON CAMILO
Diretor Secretário Geral	- IDEER DA COSTA VIEIRA
Diretor Tesoureiro	- WELINTON DA SILVA
Diretor de Políticas Sindicais	- JOSÉ MARTINS NERIS
Diretor de Educação Sindical	- FELIX PEZENTTI
Diretor Jurídico e de Informação	- RENATO GOMES DA CUNHA
Diretor Social	- THIAGO DE OLIVEIRA ROCHA
Primeiro Conselheiro Fiscal	- JOSÉ RENATO MAGEVSKI
Segundo Conselheiro Fiscal	- MARCIO FERNANDES
Terceiro Conselheiro Fiscal	- RONALDO ALVES NUNES
Primeiro Suplente Diretor Secretário Geral	- LEONARDO RAFAEL SILVA
Primeiro Suplente Diretor Tesoureiro	- ARNALDO HERBA
Primeiro Suplente Diretor de Políticas Sindicais	- FRANCISCO SOUZA FILHO
Primeiro Suplente Diretor de Educação Sindical	- DEYVIT ALMEIDA MARQUES
Primeiro Suplente Diretor Jurídico e de Informação	- SILVIO PEREIRA DOS SANTOS
Primeiro Suplente Diretor Social	- CARLOS LUIZ CABRAL
Suplente de Primeiro Conselho Fiscal	- RIVAIR VILARINO LEAL
Suplente de Segundo Conselho Fiscal	- JEFERSON ALVES MODESTO
Suplente de Terceiro Conselho Fiscal	- CARLOS ALEXANDRE FONSECA DE BRITO
Segundo Suplente Diretor Secretário Geral	- WILLIAS NEVES DE SOUZA
Segundo Suplente Diretor Tesoureiro	- ROZIANE SANTOS DA VITORIA THOMAZI
Segundo Suplente Diretor de Políticas Sindicais	- ELOISA PAULA GUIMARAES GOMES MISSIAS
Segundo Suplente Diretor de Educação Sindical	- MARIO ROGERIO BONOMO SANTA CLARA
Segundo Supl. Diretor Jurídico e de Informação	- GIOVANO BARROZO
Segundo Suplente Diretor Social	- MARCOS MARQUES

Vitória, 18 de outubro de 2021


Anderson Lopes Tozi
Presidente da comissão Eleitoral

Estratégia de luta dos trabalhadores é tema da 16ª Plenária da CUT, diz Sérgio Nobre

“Vivemos um período tenebroso, como nunca visto na história recente do país”, diz o presidente nacional da CUT, se referindo aos ataques aos direitos e à democracia, ressaltando importância da Plenária



“Vivemos um período tenebroso, como nunca visto na história recente do país.

“Vivemos um período tenebroso, como nunca visto na história recente do país. A classe trabalhadora e seus representantes legítimos – o movimento sindical – nunca foram tão atacados como nesse governo desqualificado e criminoso”, diz o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, ressaltando importância da 16ª Plenária Estatutária da Central para atualizar a estratégia política e organizativa da Central.

O dirigente se refere ao foco dos debates que ocorrerão entre os dias 21 a 24 de outubro, de forma virtual e com a participação de mais de 950 delegados sindicais de todo o país, que debaterão e apontarão estratégias para defender a classe trabalhadora e enfrentar os tempos sombrios pós-golpe de 2016, que além de sequestrar o poder das mãos dos

trabalhadores e trabalhadoras, mergulhou o país em um caos econômico e social que penaliza o povo brasileiro.

Neste período de ataques e perdas, desemprego e disparada da inflação, a pandemia agravou a crise econômica e, conseqüentemente, as desigualdades no país. Sem uma proteção efetiva do Estado brasileiro, governado por Jair Bolsonaro (ex-PSL), que não tem nenhum projeto de desenvolvimento para o país, empresas fecharam as portas e muitos, sem nenhuma renda para sobreviver, tiveram de se submeter a atividades sem nenhum direito, garantia e renda digna – isso, quando conseguiram.

As formas de contratação precárias legalizadas pela reforma Trabalhista do

ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), como o contrato intermitente, a pejetização (quando o trabalhador é obrigado a dar nota fiscal para receber salário) e o trabalho informal foram a única forma de sobrevivência para milhões de brasileiros. E Bolsonaro faz de tudo para aprofundar ainda mais a precarização da mão de obra e tirar direitos.

“Na Plenária Estatutária, vamos debater este cenário adverso, as novas formas e modalidades de trabalho e apontar caminhos imediatos e futuros para a organização da nossa Central de forma a representar esses trabalhadores e trabalhadoras”, afirma Sérgio Nobre.

Golpe de 2016: um projeto de destruição do Brasil

O presidente nacional da CUT lembra que em 2010, o Brasil era um país exemplo para o mundo, que caminhava rumo ao pleno emprego, com conquistas sociais históricas. “Onze anos depois, temos um estrago profundo, com desemprego recorde, ataques aos direitos, a volta da fome e da pobreza. Hoje, 20 milhões de pessoas passam dias sem ter o que comer”, ele diz.

Em 2021, ele prossegue, para grande parte da população brasileira a maior preocupação, o maior medo, é a fome.

“Esse é o tamanho da crise social instalada no país. É contra tudo isso que temos de resistir e lutar”, afirma o presidente da CUT. Para ele, todos os caminhos apontam para uma luta que é central para a CUT – o “Fora, Bolsonaro”.

“Não tem como seguir neste país com Bolsonaro governando”, diz o dirigente.

Além de governar privilegiando a elite econômica e o sistema financeiro, todas as medidas e proposições do governo vão no sentido de atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores e as políticas sociais que beneficiam milhões de brasileiros. Um exemplo é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa, que além de destruir os serviços públicos como saúde e educação, ataca diretamente a carreira dos servidores públicos.

Anteriormente, a pressão do movimento sindical já conseguiu barrar uma dessas medidas. A MP 1045, chamada de reforma Trabalhista de Bolsonaro, além da possibilidade de salários inferiores ao mínimo (hoje, R\$ 1,100)

propunha a criação de empregos sem direitos como o 13º salário, FGTS, aposentadoria e auxílio-doença. A medida foi derrotada no Senado.

“Bolsonaro quer não só destruir os direitos dos trabalhadores como quer também destruir o movimento sindical, porque sabe que nós somos fortes e vamos resistir”, diz Sérgio Nobre.

Por isso, ele ressalta, a plenária será mais um momento importante dessa resistência, “de organizar e aprumar ainda mais a tarefa histórica de defender os direitos da classe trabalhadora”.

Unida, forte e combativa

A CUT chega à 16ª Plenária Nacional da CUT completando 38 anos de uma trajetória marcada por organização, lutas, conquistas e muitos desafios para o movimento sindical e para a sociedade brasileira, tornando-se uma das maiores centrais do continente e uma das principais centrais sindicais do mundo em tamanho e relevância nas lutas globais da classe trabalhadora.

A Central nasceu buscando a construção de uma entidade sindical unitária e classista, que exerce a democracia. Nessas quatro décadas, promoveu muitas transformações sindicais, entre elas, a criação das Estaduais da CUT, as filiações internacionais e a construção dos ramos foram as mais relevantes, mas não as únicas.

Na história do Brasil, a CUT esteve presente nos mais importantes momentos como o combate à ditadura, na luta pelas diretas, na recuperação de perdas salariais e na implantação da política de valorização do salário mínimo e outras políticas sociais importantes em defesa da população negra, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e, sobretudo, na eleição do primeiro presidente operário da história do Brasil – Luiz Inácio Lula da Silva – considerado o melhor presidente de todos os tempos.

Mas, o momento atual e o futuro exigem uma atuação sindical ainda mais contundente. A CUT tem história suficiente para, mais uma vez, ousar e se reinventarmos diante das profundas transformações do mundo do trabalho provocadas pela indústria 4.0, pela precarização do trabalho e pela recente crise provocada pela incapacidade do governo brasileiro no enfrentamento da pandemia de covid-19.

E este é o debate central da Plenária.

Desafios

A 16ª Plenária Estatutária da CUT será realizada neste contexto, inédito, desde a sua fundação, em 1983.

“Fomos exigidos a nos reinventar de forma acelerada para mantermos a mobilização e a luta. Agimos com prudência e responsabilidade, seguindo as orientações e os protocolos científicos. Encaramos as inúmeras dificuldades com a utilização de recursos tecnológicos e plataformas de comunicação digital até então pouco usuais para quase todos nós”, diz trecho da apresentação do texto base da Plenária.

A referência é sobre as novas formas de atuação impostas no contexto da pandemia em que encontros presenciais, manifestações de rua e toda a rotina do movimento sindical – assim como de outros setores – teve de se adaptar a uma nova realidade.

A CUT tem se dedicado a construir novas metodologias para garantir a sua presença e identidade neste momento do necessário debate democrático a se fazer. “A CUT apontará o caminho para a ampliação de sua força, organização e representatividade para a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho, e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”, conclui a apresentação.

A abertura da 16ª Plenária Estatutária da CUT será transmitida pelas redes sociais no dia 20, a partir das 19h.

Confira a programação

21/10 08h00 - Abertura da sala

09h – Saudação e acolhida dos delegados/as

09h15 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno

10h00 – Conjuntura

§ Conferência “os desafios da classe trabalhadora na atual conjuntura e perspectivas futuras” com Dilma Rousseff e Celso Amorim

11h00 – Apresentação do Texto Base sobre Conjuntura

11h15 – Intervalo

11h30 – Exposição das forças políticas

12h10 – Intervenções de Plenário

13h30 – Encerramento dos trabalhos do dia 22/10 08h30 - Abertura da sala

09h – Saudação e acolhida dos delegados/as

09h20 – Estratégia da CUT

§ Exposição da CSA – Rafael Freire

§ Apresentação do Texto Base – Carmen Foro

10h20 – Apresentação do projeto “Brigadas Digitais da CUT”

10h40 – Grupos de Trabalho

Intervalo – definição em cada grupo

12h30 – Apreciação e Votação das Emendas sobre tema da Estratégia – Plenário

13h30 – Encerramento dos trabalhos do dia 23/10 08h30 - Abertura da sala

09h00 – Saudação e acolhida dos delegados/as

09h15 – Projeto Organizativo da CUT

§ Exposição do presidente Sergio Nobre

10h00 – Grupos de Trabalho:

Intervalo – definição em cada grupo

13h00 – Apresentação do Projeto CUT/OIT “Investigação, Organização e Fortalecimento dos Direitos e Diálogo Social com os Trabalhadores de Aplicativos de Entrega em Brasília e Recife”

13h30 – Encerramento dos trabalhos do dia 24/10 08h30 - Abertura da sala

09h00 – Saudação e acolhida dos delegados/as

09h15 – Projeto Organizativo da CUT

§ Apreciação e Votação das Emendas sobre Projeto Organizativo da CUT

11h15 – intervalo

11h30 - Plano de Lutas

§ Apreciação e Votação de Emendas ao Plano de Lutas

12h30 – Moções

§ Apreciação e Votação de Moções

13h00 – Encerramento da 16ª Plenária Nacional

§ Coordenação Geral da Plenária Carmen Foro e presidente da CUT, Sergio Nobre

§ Vídeo final

Texto: André Accarini

Edição: Marize Muniz

FONTE: CUT

Lei do RJ que obriga banco a fazer 'prova de vida' residencial é questionada no STF

Agência Brasil



A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) acionou o Supremo Tribunal Federal para questionar a validade de uma norma do estado do Rio de Janeiro que obriga instituições financeiras a efetivarem a prova de vida de clientes com 60 anos ou mais que tenham dificuldade de locomoção.

Agência Brasil

A prova de vida é feita para fins de cadastramento e recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais. A Lei Estadual 9.078/2020 determina que a instituição financeira deve destinar um funcionário para ir à residência do cliente ou em local indicado por ele para prestar o auxílio.

Na ação direta de inconstitucionalidade, a Consif alega que a norma usurpou a competência privativa da União para legislar

sobre seguridade social, já que cria mecanismos de validação de benefícios previdenciários. A entidade também aponta a competência concorrente da União para estabelecer norma geral sobre Previdência Social.

A Consif ainda indica que a Lei 8.212/1991 estipula que a prova de vida e os casos de pessoas com dificuldades de locomoção devem ser disciplinados em ato do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A norma foi atualizada pela Lei 14.199/2021, que estabelece medidas alternativas de prova de vida para beneficiários em meio à crise de Covid-19. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

ADI 7.010

Fonte: Revista Consultor Jurídico

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF